

# Primeiro turno termina em aplausos



No fim da votação do primeiro turno, Ulysses (D) é homenageado pelos mais assíduos

## Alterações exigem 280 votos na segunda etapa

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, confirmou ontem, nas normas reguladoras do segundo turno, encaminhadas a todos os constituintes, que na votação desse turno não caberá a apresentação de destaque para votação em separado (DVS). Dessa forma, se o Centro quiser retirar algum dispositivo aprovado no primeiro turno, terá de reunir o mínimo de 280 votos contrários.

Se fosse permitido o DVS para o segundo turno, a situação seria inversa. Por exemplo, no caso da licença-paternidade, um dos pontos que o Centro quer retirar do texto da futura Constituição, bastaria apresentar um DVS, enquanto os grupos interessados na manutenção do dispositivo teriam o trabalho de reunir o mínimo de 280 votos.

Argumentando sobre o DVS, o presidente Ulysses Guimarães considera não ser justo nem admissível

que "uma parcela da Constituinte invalide votação já havida com a participação de 280 ou mais votantes".

A Constituinte somente volta a se reunir a partir de quinta-feira, cessado o prazo de sete dias para que seu relator-geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apresente redação final ao texto aprovado no primeiro turno.

A partir de quinta-feira, a Constituinte tem um prazo de cinco dias (Ulysses não esclarece se consecutivos ou não) para que a matéria seja publicada em avulso e entre na ordem do dia, a fim de que o texto do primeiro turno seja discutido por todos os constituintes (cada um terá direito a falar uma única vez por dez minutos; os líderes, 20, e o relator, 30) e para que cada constituinte possa apresentar até quatro emendas cada um (emendas supressivas

ou para sanar omissões, erros, contradições).

Encerrada a discussão, o relator emitirá parecer sobre as emendas no prazo de cinco dias. A matéria será publicada e distribuída aos constituintes para posterior votação. Inicialmente, no plenário, será votado o texto resultante no primeiro turno, salvo as emendas e destaques apresentados. No encaminhamento de votação, podem falar, durante cinco minutos, dois constituintes a favor, sendo um deles o autor, e dois contra e mais o relator.

Nas 48 horas que se seguirem à publicação do parecer do relator, poderão ser apresentados até quatro requerimentos de destaques por constituinte, incidindo sobre cada emenda apresentada. As emendas não destacadas serão votadas em dois blocos: com pareceres favoráveis e com pareceres contrários do relator, ao final das votações.

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

O primeiro turno de votação do projeto de Constituição foi concluído ontem em meio a comemorações e homenagens ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e ao relator Bernardo Cabral. "Este é um momento que considero culminante na minha vida pública", disse Ulysses, ao ser aplaudido de pé pelo plenário. Durante a sessão, todas as emendas colocadas em votação foram rejeitadas, exceto duas sobre mineração, resultantes de acordos de lideranças.

A Constituinte só voltará a reunir-se quinta-feira. Já então para os cinco dias destinados à discussão e à apresentação de emendas (admitidas apenas as supressivas ou para correção do texto) para o segundo turno de votação, que começará provavelmente no dia 18. O primeiro turno durou quase seis meses: foram feitas quase 730 votações eletrônicas, desde o dia 27 de janeiro até ontem. Mas o segundo turno, segundo as previsões da Mesa da Constituinte, não deverá durar mais que duas ou três semanas. Depois, será votada a redação final e, a seguir, promulgada a nova Constituição.

**PRESENÇA ESCASSA**

Depois de todo o esforço da véspera, quando a Constituinte funcionou das 9 às 22 horas com apenas um intervalo para almoço, a sessão de ontem de manhã começou com poucas presenças. O 2º vice-presidente Jorge Arbage (PDS-PA) chegou alguns minutos antes das 9 horas — e iniciou a sessão, anunciando a presença, na Casa, de 241 constituintes. Em plenário, havia menos de 20, às 10 horas, quando Ulysses chegou para dirigir os trabalhos — já com terno escuro para assumir, logo depois, a Presidência da República — era ainda escassa a presença.

Aquela hora, o poeta da Constituinte, deputado Nelson Aguiar (PDT-ES) já havia recitado um poema em homenagem aos funcionários que auxiliaram a Mesa no primeiro turno de votação. A seguir, foi a vez do senador Chagas Rodrigues (PI), que anunciou sua saída do PMDB para ingressar no PSDB e homenageou Ulysses. Pouco depois, o senador Pompeu de Sousa (DF) e a deputada Cristina Tavares (PE), que também deixaram o PMDB para ingressar no PSDB, enalteciram o trabalho de Ulysses à frente do partido e da Constituinte. "V. Exa.

— disse Pompeu — pastor destas ovelhas não tão submissas, tem pastoreado com a sabedoria, com a habilidade, com o bom humor e com a dignidade que fazem a grandeza desta Casa".

No final, antes de passar a última votação, já depois das 13 horas, Ulysses falou sobre o final do primeiro turno e fez questão de ressaltar "a diligência, o trabalho gigantesco do relator". Levantou-se e abraçou Bernardo Cabral, enquanto o plenário aplaudia de pé. Em seguida, Ulysses prestou homenagem também às lideranças partidárias e aos funcionários da Casa, na pessoa do secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira, também aplaudido de pé. E ele, segundo Ulysses, que das 7 horas até meia-noite, fica à sua disposição para preparar as votações. "Sem esses ensaios, sem esses scripts, estaríamos perdidos", disse.

"V. Exa. homenageou todas essas pessoas — interveio Arnaldo Faria de Sá (PMDB-SP) — mas faltou uma: o presidente Ulysses Guimarães". Novamente o plenário aplaudiu de pé. Ulysses estendeu as homenagens aos constituintes e finalizou: "Agora, para variar, vamos votar as emendas com parecer contrário".

## Texto aprovado ameniza a questão dos minérios

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

As empresas estrangeiras que pesquisam e exploram recursos minerais no Brasil não mais precisarão transferir o controle acionário para empresas brasileiras de capital nacional, desde que dentro de quatro anos passem a industrializar no País o produto de sua lavra e beneficiamento. Isso foi o que a Constituinte aprovou ontem, no último dia de votação das disposições transitórias, amenizando o que havia sido decidido no texto permanente, tornando obrigatória a nacionalização dos grupos do setor mineral.

Segundo o texto permanente, a pesquisa e lavra de recursos minerais deveria ser monopólio de empresas brasileiras de capital nacional — com capital e controle decisório pertencentes a brasileiros residentes no País — mas um acordo entre vários partidos estabelecia que seria votado nas disposições

transitórias um prazo de cinco anos para as multinacionais transferirem o controle acionário. Ontem, uma fusão de emendas estabeleceu que essa transferência não será mais obrigatória e, em compensação, deu um prazo de quatro anos para que se faça a industrialização ou a mudança de capital. Na data de promulgação da lei complementar que disciplinará a pesquisa e a lavra de recursos minerais ou, no prazo de um ano após a promulgação da Constituição, ficarão sem efeito as autorizações, concessões e demais títulos de direitos cujos trabalhos de pesquisa e lavra não tenham sido iniciados nos prazos legais ou estejam inativos.

Contrário a qualquer restrição ao capital estrangeiro no setor mineral, o senador Roberto Campos (PDS-MT) disse que em breve o Brasil, "riquíssimo em minerais, longe de ser exportador, se transformará em importador líquido de minerais, onerando sua balança comercial".

O senador ressaltou que o assunto foi tratado na Constituinte com profunda desinformação e emotividade, com a circulação de dados e mapas falsos. Ao contrário do que se diz, explica o senador, "o Brasil não é um país de grande mineração, mas a mais subdesenvolvida de todas as províncias minerais do mundo, produzindo apenas US\$ 4,9 bilhões por ano no setor".

O senador Gabriel Guerreiro, do PMDB-PA, favorável à nacionalização do subsolo brasileiro, disse que a "mineração no Brasil está uma porcaria" graças à legislação do tempo em que o próprio Roberto Campos era ministro do Planejamento no governo Castello Branco. O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), autor da emenda do texto permanente da Constituinte que nacionalizou o setor mineral, disse que a abertura aprovada nas disposições transitórias não deforma sua proposta original.

## Ulysses restringe emendas

No documento que distribuiu ontem aos constituintes, Ulysses Guimarães anexou um formulário com os seguintes cinco tipos de emendas possíveis no segundo turno:

**Supressiva:** se for de expressão ou palavra, não deverá inverter o sentido do dispositivo ou modificá-lo substancialmente. Exemplo: o texto da emenda suprimir o advérbio "não", passando a ser emenda modificativa e não supressiva.

**Omissão:** objetiva restabelecer matéria aprovada no primeiro turno e não incluída na redação final da matéria aprovada pelo relator.

**Erro:** redação final da matéria aprovada que não corresponda ao que foi aprovado no primeiro turno.

**Contradição:** dispositivos contraditórios entre si e sobre a mesma matéria.

**Correção de linguagem:** sanar vício de linguagem, defeito, erro, manifesto a corrigir ou de técnica legislativa. Esse tipo de emenda vai direto para a comissão de redação, por sinal, também presidida por Ulysses Guimarães.

As emendas deverão recair sobre artigo, parágrafo, inciso, letra, alínea, expressão ou palavra do texto do relator. Ulysses Guimarães apelou aos colegas para que só apresentem emendas imprescindíveis: "Há dispositivos progressistas reclamados por milhões de brasileiros, não podemos retardar sua vigência".

## Freire diz que anistia geral era 'trambicagem'

**AGLAE LAVORATI**

O telefone 213-56-31 da Câmara dos Deputados foi o que mais tocou ontem, em Brasília. Este número pertence ao gabinete do líder do Partido Comunista Brasileiro, Roberto Freire, responsável pela restrição da anistia, que atendeu ao Palácio do Planalto e aos banqueiros. "Estranharam muito que um comunista tenha feito isto, mas não é para estranhar. A anistia geral era trambicagem." Para chegar a esta posição, Roberto Freire e toda a esquerda na Constituinte deram uma guinada de 180 graus em suas posições desde o início das negociações da anistia até a hora da votação.

Tanto Roberto Freire como o PT, PDT, PC do B e demais partidos de esquerda apoiaram a proposta inicial de anistia ampla, geral e irrestrita de Mansueto de Lavor, Ziza Valadares e Humberto Souto, para os pequenos e médios empresários e produtores rurais. Quando as negociações começaram a se inten-

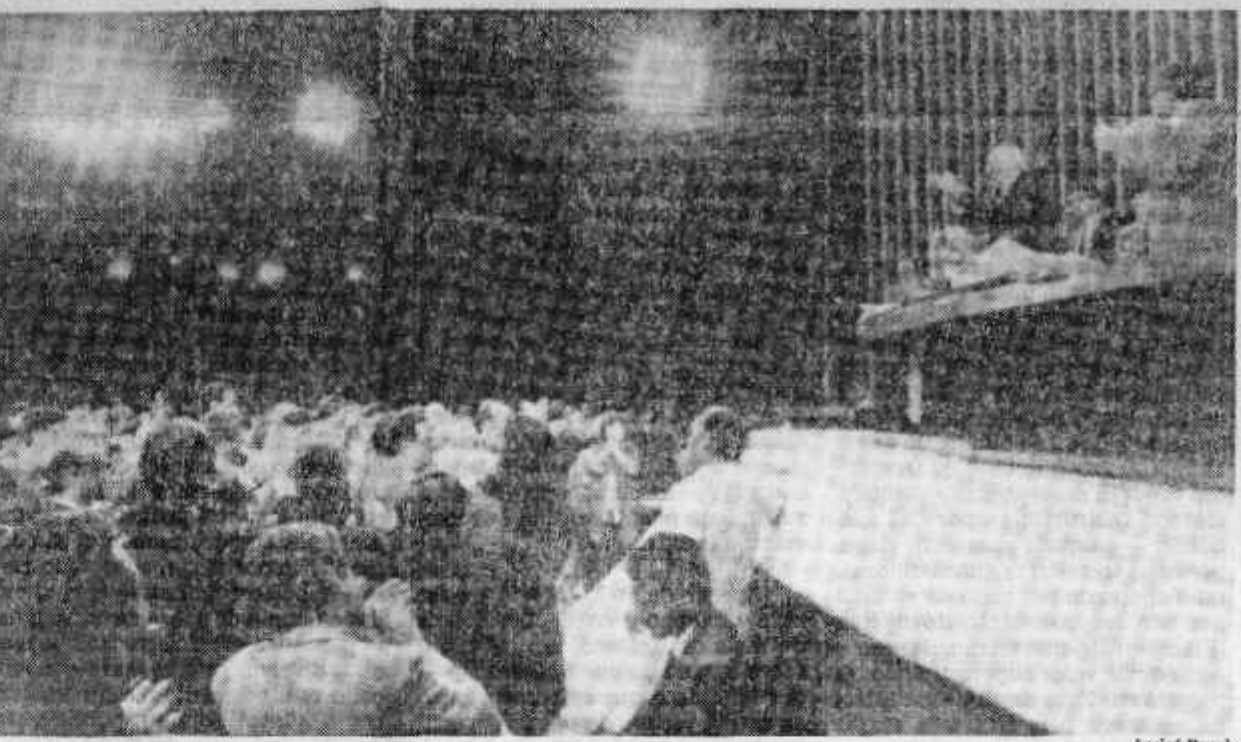
sificar, o líder maior da UDR, Ronaldo Caiado, passou a apoiar a esquerda e a anistia que ela defendia.

Daf em diante, as lideranças oposicionistas começaram a ficar preocupadas, porque, se a anistia que queriam era tão boa para a UDR, uma entidade fundada e mantida para grandes produtores, havia algo que não se encaixava. A esquerda passou, então, a rever sua posição e a aceitar os argumentos do governo de que "anistia irrestrita era calote, trambicagem".

As idas e vindas das negociações levaram os partidos de esquerda a uma fórmula intermediária. A fórmula "mágica" previa a anistia, mas somente para 50% da correção monetária, e não fazia restrições ao valor do financiamento. A proposta também atingia, em parte, a UDR. A esquerda, numa negociação muito bem conduzida pelo líder do PMDB, Nelson Jobim, acabou convencida de que a restrição do financiamento ao valor de cinco mil OTNs era a melhor solução.

Foi com esta convicção que votou em plenário contra a anistia geral, que chegou a ser aprovada na primeira votação, diante da traição do PDT, que havia fechado o acordo juntamente com a esquerda, mas acabou dando os votos necessários para atender aos desejos da UDR. Como o líder comunista tinha uma proposta restringindo a anistia a cinco mil OTNs e cinco módulos rurais, o governo não teve outra opção e votou favoravelmente à emenda comunista, uma vez que estava provado que, nesse assunto, o governo não tinha conseguido reunir maioria na Constituinte.

Muito tranquilo, Roberto Freire explicava ontem que não ajudou o sistema financeiro, "simplesmente porque é o sistema financeiro quem manda neste país e jamais terá prejuízo. Quem derruba o capitalismo é a classe operária organizada, e não trambicagem". Com ar victorioso, o líder comunista concluiu: "Com isto, o PCB mostrou que é uma alternativa séria de poder para o País. Acabou com os preconceitos".



Sob os aplausos da mesa, o plenário aprova uma verdadeira coleção de trens de alegria

## Estabilidade vai beneficiar 35 mil

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

Cerca de 95 mil funcionários públicos da administração direta, com mais de cinco anos de serviço, serão beneficiados com o princípio da estabilidade aprovado na quarta-feira pela Constituinte. De acordo com os dados do Ministério da Administração, o grupo é formado por funcionários admitidos desde 1981, sem concurso público, pela "tabela especial", um esquema criado pelo governo para promover as contratações políticas. Além dos funcionários da administração direta, serão beneficiados também servidores das autarquias, dos Estados e dos municípios.

O ministro da Administração, Aluísio Alves, reagiu contra a decisão da Constituinte. Ele afirmou que a estabilidade para o funcionário público só deve ser garantida através do concurso. Muitos dos contratados pela tabela especial

ainda estão fazendo estágio para ingressar no quadro de servidores da União e, mesmo sem o resultado final da avaliação interna dos ministérios, já estão garantidos no emprego.

Este processo de seleção interna dos chamados "tabelistas" foi iniciado em 1985, quando o Tribunal de Contas da União reperu que a situação fosse regularizada e o governo decidiu pela efetivação dos funcionários no quadro. Atualmente, a administração direta tem 570 mil funcionários públicos, segundo dados do ministério. Com exceção dos 95 mil tabelistas, todos os demais são concursados e, portanto, já têm assegurada a estabilidade no emprego.

**DESPESAS**

Se a estabilidade garantida pela Constituinte não acarretará mais despesas para a União, outra medida do "trem da alegria" da quarta-feira se encarregará disso. Trata-se da aprovação da equiparação dos

salários dos delegados de polícia de carreira com os dos promotores e procuradores do Ministério Público. Ficará a cargo da União repor uma diferença de até 80% entre esses salários, para mais de 800 delegados da Polícia Federal. As despesas com os delegados da Polícia Civil ficarão por conta dos governos estaduais.

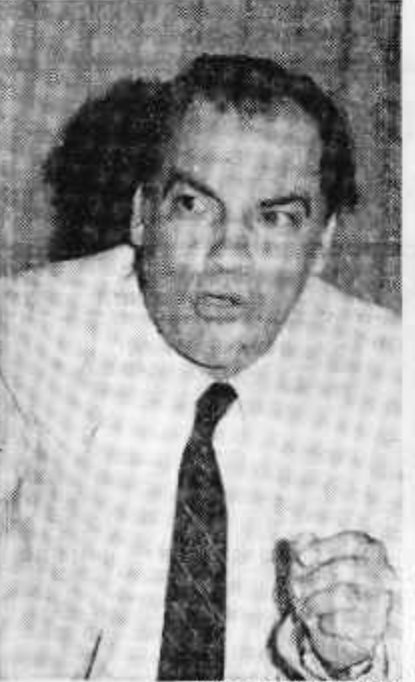
Uma outra classe, a dos juizes temporários — pretores —, também será beneficiada com a estabilidade. Segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), defensor da emenda, o que se fez foi dar a estabilidade para cerca de 200 pretores — a maior parte do Rio Grande do Sul — e ao mesmo tempo extinguir esta função, que era exercida por prazo determinado. A estabilidade para o servidor público, segundo o deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), "é um elemento necessário e indispensável" para se fazer a reforma administrativa. "Quem não foi demitido com cinco anos de serviço público é considerado realmente útil", raciocina o deputado.

## Ilhéus foram surpreendidos pela anexação

Surpreendidos com a decisão da Constituinte de anexar o território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco, e revoltados por não ter sido consultados, alguns dos 1.280 habitantes da ilha se mobilizaram e mandaram um avião ao Recife, buscar repórteres de televisão e jornais para o ato de protesto programado para ontem à noite. A articulação foi coordenada pelo Conselho Comunitário de Fernando de Noronha e, segundo seu vice-presidente, Marcos Moraes, toda a população está apreensiva com o seu destino. Ele fez questão de frisar que o interventor Fernando César Mesquita até desaconselhou o movimento, argumentando que poderia ser apontado como líder e autor de idêntica.

De acordo com Marcos, Mesquita, "apesar de amigo íntimo de Barney", tem tido todo o apoio da população, "por estar fazendo um trabalho que visa o desenvolvimento e auto-suficiência econômica da ilha, e estar dando à população a possibilidade de sonhar com uma identidade, com a cidadania". Ressaltando que os ilhéus nada têm contra o governo de Pernambuco ou Miguel Arraes, "que honra a nossa História", Marcos Moraes explicou que a população teme perder a perspectiva criada com o governo civil de poder planejar sua vida e argumenta que o governo de Pernambuco não tem condições de administrar a ilha porque está em crise econômica. "Além disso — pergunta — quem garante que os próximos governos não vão sucumbir ao poder econômico e entregar a ilha aos hotéis e cassinos, que poderiam explorar os ilhéus?"

Já na área militar, a única dúvida diz respeito à localização estratégica da ilha com relação à rota marítima de todos os países do Atlântico Sul e Estados Unidos. No mais, Fernando de Noronha não deixa saudades: a única força a ter tropas na ilha é a Aeronáutica — e os militares passarão a economizar milhares de cruzados dos seus orçamentos, "para manter uma administração civil em nome de uma hipótese de guerra", como dizem.



Roberto Freire

## No mais louco dos dias, plenário vota em bloco

**PAULO FONA**

Pilotada pelo multipresidente Ulysses Guimarães, preocupado em não retardar mais sua posse como presidente da República, ontem, em substituição a José Sarney, a Assembléia Nacional Constituinte, na noite de quarta-feira, deu uma demonstração de como não se deve redigir uma Constituição. Por acordo de lideranças de todos os partidos, a Constituinte aprovou, em bloco, um verdadeiro "pacote" de medidas, que vão da criação de novos estados à regulamentação das funções de um censor da Polícia Federal.

Na última meia hora do mais louco dos dias da Constituinte, os 559 congressistas, sem qualquer discussão, aprovaram de uma só

vez 12 assuntos variados e com enorme repercussão na vida de milhões de brasileiros e do orçamento do governo federal. Bem ao estilo dos "pacotes" editados pelos governos militares — que também incluíam de política salarial à reforma do Judiciário — o multipresidente Ulysses Guimarães repetia monotonamente a expressão "amigos, vamos votar", com seu peculiar sotaque. Lembra a arenga dos tempos de Flávio Marinho na presidência da Câmara dos Deputados com seu estribilho: "Os que estão de acordo permaneçam como estão". Com outro sotaque.

Amarrados pelo acordo, os constituintes que eventualmente discordassem de uma ou outra medida não tinham direito a expressá-la. Nenhum deles, por exemplo, protestou contra a concessão do

perdão de juros, multas e outros encargos de dívidas contraídas até dezembro de 1987 nas Fazendas federal, estadual e municipal. No mínimo, uma incoerência de quem votou, no mesmo dia, a obrigatoriedade das finanças em liquidação extrajudicial ou intervenção, como a Delim, Comind e outras, a pagar seus débitos ao Banco Central e a Caixa Econômica Federal com correção monetária, retroativa à data da liquidação.

Mas a coerência não foi o forte nas longas 12 horas de sessão da Constituinte, na quarta-feira. O acordo que concedeu anistia aos microempresários previa uma emenda aditiva, votada em seguida, que reduzia essa anistia pela metade, e foi rejeitada antes da aprovação da outra emenda de Roberto Freire. A Constituinte criou o

Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) nos moldes do Senal e Senac, dias depois de tê-lo rejeitado. No rol do pacote, ainda estava incluída a criação de uma lei específica para ordenar a venda e revenda de combustíveis de petróleo e álcool carburante.

O mais louco dos dias da Constituinte revelou outras atrações, como a votação da legalização do jogo, com troca de socos ao estilo do oeste "mericano entre os deputados do PFL Inocêncio e Aroldo de Oliveira, que não emplacou por apenas nove votos. Revelou, também, a teimosia do deputado Amaral Neto, que, depois de culpar a esquerda, seu bode expiatório favorito, insistiu na tese da pena de morte que na quarta-feira não sobreviveu aos constituintes.

Brasília/Agência Estado